

BARCELONA – GAC: Sessão de redação do Comunicado do ICANN63 (3)
Quarta-feira, 24 de outubro de 2018 – 15h15 às 16h45 CEST
ICANN63 | Barcelona, Espanha

MANAL ISMAIL: Obrigada por estarem aqui, e vamos começar. Considerem por favor, que colocamos, está no Google Doc., só modo leitura, porque não vamos fazer as edições, então se vocês não puderem modificar o documento, vai ser exatamente porque nós modificamos a vista, modo leitura apenas. Tomem a palavra.

TOM DALE: Obrigado, Manal, boa tarde a todos, e pela última vez digo: bem vindos à sessão de redação do comunicado. O que Manal e eu decidimos fazer é salientar as modificações feitas no texto, a partir da versão que vocês viram ontem pela tarde, para não estar vendo todos os detalhes e não apontar algumas das modificações, mudanças ou modificações que são mais de conteúdo, com respeito à assessoria do GAC, e ao segmento de assessoramentos prévios, então primeiro para que vocês vejam, existem algumas questões feitas para que a versão fique completa, ela está disponível com algumas modificações e continua havendo modificações. Mas ainda não vamos fazer essas modificações então fica congelado.

Na sessão de reuniões simplesmente incluímos alguma descrição dos fatos, isso é algo que devemos destacar na reunião com ALAC. O

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

terceiro ponto foi adicionado, diz que se discutiu uma declaração conjunta de segmento, adaptada para repetir, a que está anexada no comunicado, vocês devem lembrar quando nos reunimos com ALAC, falamos dessa declaração, tenho entendido que a ALAC hoje acordou aprovar essa declaração que é uma declaração conjunta.

E vocês devem lembrar que se pediu que se estavam de acordo com que o GAC juntasse essa declaração, eu incluí esse documento como anexo e não como parte do assessoramento do GAC. O resto dessa sessão simplesmente descreve os fatos, questões internas, assuntos internos, modificamos levemente o agradecimento do GAC para a partida de alguns membros, o GAC expressou seu profundo agradecimento a uma certa quantidade de membros que estão abandonando depois de um serviço particular e excepcional, o Senhor Benedito do Brasil, líder da Noruega, e temos alguns relatores do grupo de trabalho que não vou mencionar em detalhes, porque isso tem a ver com a descrição do que se disse aqui.

Era o embaixador Benedito Fonseca Filho do Brasil, Senhor Thomas de Hann dos Países Baixos, Elise Lindemberg da Noruega e Senhor Ornulf Storm da Noruega também. Aqui estão as questões operacionais do GAC, a que se registra o que dissemos hoje de manhã, o grupo de trabalho vai ser co-presidido por Guo Feng da China, e Par Burmark da Niue.

Também foi revisto o trabalho planejado ou em andamento sobre assistência às reuniões, incorporação de novos membros e os guias para apoio de viagem, temos depois um resumo da reunião

governamental de alto nível com o acordo da Espanha, o GAC expressou seu sincero agradecimento à Espanha pela quarta reunião de alto nível, que foi assistida por 124 delegações e abordou uma variedade de temas, incluídas as oportunidades para governo, no período posterior à transição da IANA. A ICANN, o cyber delito, a proteção e privacidade dos dados, o papel, impacto da evolução tecnológica sobre a ICANN e agenda digital global, e políticas de internet quanto ao WHOIS e GDPR, temos um texto novo que foi preparado por vários países que estão participando no GDPR, e no EPDP diz: o GAC revisou os acontecimentos entre a ICANN com relação ao acesso ao WHOIS, em cumprimento com o GDPR, e membros do GAC participaram das sessões intercomunitárias, e no processo expeditivo de desenvolvimento de política. O GAC teve uma troca de opiniões com o NCSG, e a unidade constitutiva de propriedade intelectual sobre os desenvolvimentos do EPDP e o modelo de acesso unificado.

Depois se requer equilibrar a proteção dos dados e práticas legítimas e lícitas associadas com a proteção do público, incluindo combate a comportamentos ilegais, a cyber segurança e a segurança dos usuários da internet, prevenir de acordo com o assessoramento anterior ao GAC, se reconhecem esses comentários vitais, artigo 29 com seu grupo de trabalho, e o comitê europeu de proteção de dados, reconheceu que as autoridades de cumprimento da lei autorizadas pela (inint) [00:06:42] tem que ter acesso aos dados principais, aos diretores de WHOIS e declarou a sua expectativa de que a ICANN desenvolva um

modelo de WHOIS que permita o uso legítimo por parte desses atores pertinentes com mecanismos de aplicação da lei.

A especificação temporária atual criou um sistema fragmentado para dar acesso com milhares de políticas diferentes dependendo dos registradores envolvidos. Essa falta de políticas uniformes para acessar a informação não pública, ocasiona, essas pesquisas são demoradas ou interrompidas, os comportamentos ilícitos continuam prejudicando o público, com resultados negativos que incluem prejuízo financeiro e físico, portanto o tempo é importante para implementação de uma especificação definitiva que permita acessar aos dados públicos do WHOIS.

Existem requerimentos nessa especificação temporária que regem os dados de registo de gTLD, que não cumprem com as necessidades dessas organizações. Portanto, isso só acaba a habilidade de pesquisar os delitos, a possibilidade do sistema do WHOIS para cumprir com as necessidades dos organismos de cumprimento da lei, se reduziu drasticamente as pesquisas, foram demoradas ou interrompidas, o pessoal de cyber segurança não sabem como solicitar o acesso a esses dados, e muitos receberam negação desse acesso. Há preocupações similares na área de propriedade intelectual, então seria útil para a ICANN dar uma plataforma para dar um, ajudar nisso. O GAC recebe com agrado o avanço do EPDP, para uma política de RDSA abrangente, perante a complexidade dessa questão, o GAC opina que existe também o risco de que uma política integral possa não estar estabelecida antes de que vença a especificação temporal, portanto a comunidade deve considerar como monitorar esse risco, o

GAC está comprometido em trabalhar com a comunidade, para garantir que as terceiras partes tenham acesso previsível e oportuno à informação oculta de WHOIS de maneira que cumpra com o GDPR e as leis de proteção de dados.

Embora a carta orgânica indica a equipe o que significa acesso razoável. A comunidade tem que trabalhar para um acesso, um modelo de acesso unificado, e acompanhar os esforços do EPDP. A parte que descreve os fatos, está incluída no comunicado e depois temos um segmento ao assessoramento do GAC previamente oferecido.

Essa sessão, mais o segmento do assessoramento prévio é o que constitui todo o texto sobre o GDPR. São processos posteriores, isso não mudou, nomes geográficos também não, há uma nova sessão com uma declaração de ponto Amazon, lembrando a vocês que quando me pediu que se incluísse essa informação no final da sessão no dia de ontem, aparece aqui na tela, basicamente diz uma versão da declaração que fez a comunidade perante o board, para que conste nas atas, pega essa parte e reflete a solicitação que fez à Colômbia no dia de ontem, espero que cumpra com aquilo que eles esperavam. Depois está a renda dos leilões, depois os códigos de dois caracteres no segundo nível, aqui temos um texto novo, o GAC tomou nota, eu acho que esse texto é do Brasil. O GAC tomou nota do que o Board da ICANN indicou, Tiago está fazendo um sinal aqui.

BRASIL:

Essa é uma proposta conjunta entre o Brasil e a França.

TOM DALE:

Obrigado, eu vou ler os dois parágrafos, o primeiro diz: o GAC manteve um diálogo sólido com integrantes do Board da ICANN, com respeito do tema, as opções disponíveis para os governos interessados no caso da solicitação para utilizar os nomes de territórios de países de dois caracteres num segundo nível do gTLDs, se a questão de processos sobre como o board tratou esse tema, em assessoramentos prévios do GAC.

O GAC tomou nota de que o board da ICANN indicou que estabelecerá uma página web que permitiria aos governos serem notificados quando os códigos de dois caracteres são registrados num segundo nível com os novos gTLDs. O GAC tomou nota de que esta medida não trata a solicitação, não satisfaz a solicitação de alguns membros do GAC de serem consultados antes da habilitação desses códigos dos países de segundo nível, sobre os gTLDs.

O GAC toma nota também de que tratará o tema de procedimento. Depois temos uma sessão de prestação de contas da ICANN que basicamente não mudou, a partir do texto que começamos a discutir no começo da semana, e que foi debatido em extenso, então vou avançar, vou pular então a menos que peça o contrário, a sessão sobre o assessoramento por consenso, ao board, continua incluindo o que eu entendo que era o texto original sugerido para tratar o relatório e as recomendações da área de trabalho número 2, e a recomendação em matéria de jurisdição. Isso não foi modificado, eu tenho certeza de que o GAC vai voltar a tratar esse tema da área de trabalho dois, mas

por enquanto não há modificações nesse texto que já tinha sido apresentado seis ou oito semanas atrás.

Para os códigos de países de dois caracteres no segundo nível, o assessoramento diz o seguinte: o GAC assessora ao Board, um: explicar por escrito porque considera que está implementando o assessoramento do GAC com respeito à habilitação dos códigos de países do segundo nível, segundo: explicar por escrito se a sua resolução de oito de novembro de 2016 e a eliminação do processo de autorização são compatíveis com o assessoramento do GAC sobre este tema, ou se constitui uma rejeição do GAC, do assessoramento do GAC. E o GAC assessora o Board de que tenha as suas explicações por escrito até dezembro de 2018. E continua em vigor o assessoramento prévio do GAC sobre esse ponto.

E como explicação depois, especialmente para a preocupação de Irã, houve uma solicitação de Irã de refletir, de apresentar aqui, as deliberações prévias entre o GAC e o Board, com respeito à orientação dada ao presidente diretor executivo da ICANN, para que comece um diálogo com os governos. Este ponto não estava, este comentário não estava no assessoramento do GAC, mas na resposta do Board ao comunicado de Copenhagen. Ali se fez esse pedido. Então sobre essa base, o texto agora diz o seguinte, garantir isso para o Board, que instrua ao diretor executivo da ICANN para que comece os diálogos com os governos preocupados, para escutar as suas opiniões, preocupações e explicar o processo de tomadas de decisões do Board. Segundo a resolução de 2017, 06.12.01.

Essa resolução do Board, de que esteja totalmente implementada com uma comunicação direta, a esses governos. A seguinte aba foi eliminada, porque essa sessão passou à sessão anterior sobre esse tema dos códigos de dois caracteres. Não mudamos a fundamentação, as proteções das OIG tem uma leve modificação, porque eu acho que isso já foi mencionado por Manal, e passado ao GAC. O conselho da GNSO retirou a moção que diz submeter a voto o relatório do EPDP sobre os mecanismos corretivos de proteções de direitos. Então a fundamentação mudou um pouco para refletir justamente esse acontecimento.

A primeira frase diz: “o GAC entendeu que a GNSO decidiu que teríamos que dizer o conselho da GNSO decidiu neste ponto não submeter à votação o relatório final para o EPDP, sobre os mecanismos corretivos de proteção de direito” e o acesso das OIG e ONG a estes mecanismos, isso é para refletir que não vai existir essa tal votação a respeito, nenhum voto. E finalmente uma sessão no comunicado que faz referência a um segmento de assessoramento previamente dado, vocês já escutaram que falamos do texto sobre GDPR, no corpo do comunicado, então esse texto foi fornecido pelo mesmo grupo, e diz: “destacamos, ou enfatizamos o assessoramento consensual do GAC e a ICANN 62 que instava a ICANN a tomar todas as medidas necessárias para assegurar o desenvolvimento e a implementação de um modelo de acessos unificado que trate a habilitação, credenciamento, acesso e a prestação de contas, e se aplique a todas as partes contratadas” recebemos (inint) [00:17:12] para facilitar a discussão necessária da comunidade, através dos

acessos do documento de modelo de acesso, e devem ser aprofundadas essas discussões para chegar a resultados concretos e oportunos.

E finalmente uma nova sessão que faz referência às solicitações de ponto Amazon, esse é um segmento de assessoramento previamente dado, eu entendo que apresentou o Brasil e a Colômbia. Muito obrigado, então foi o Brasil e a Colômbia. O GAC recebe (inint) [00:17:48] resolução do Board de 16 de setembro de 2018, sobre as solicitações ponto Amazon na qual indica, o diretor executivo e presidente, que apoia o desenvolvimento de uma solução que permitam que as solicitações ponto Amazon, avancem de uma forma que se unifiquem com o assessoramento no GAC, e as contribuições sobre esse tema, e o GAC toma nota da fundamentação desta resolução do Board que indica que o Board está tomando ações hoje para promover a possibilidade da delegação da solicitação ponto Amazon enquanto reconhece a questão de política pública apresentada através do assessoramento do GAC sobre essa solicitação.

O GAC lembra o seu último assessoramento sobre a matéria, quando po GAC reconhece a necessidade de encontrar uma solução mutuamente aceitável, para os países da Bacia Amazônica e para ver o solicitante e insta ao Board a continuar facilitando o trabalho que resultaria numa solução como essa. Aqui se cita o comunicado do GAC de Abu Dhabi de 2017. E eu quero lembrar também que incluímos como anexo para a sua consideração, o acompanhamento da declaração conjunta entre o GAC e o ALAC, sobre a participação e

inclusive informá-la e valiosa da ICANN. Muito obrigado. Passo a palavra a Manal.

MANAL ISMAIL: Passo a palavra à Suíça. Através de Jorge Cancio quem manifesta.

JORGE CANCIO: Acabo de enviar à Tom, Fabian e à senhora um texto que nós produzimos ontem de manhã, sobre ACRC. E não sei se os senhores poderiam incluir no rascunho.

TOM DALE: Eu acho que se tratou de um erro, e talvez é uma coisa que esqueceu as secretarias, se quiserem podem esquecer os serviços da secretaria. Obrigado Jorge. Eu vou esclarecer à Suíça do que comentou Jorge, isso está no assessoramento e no segmento do assessoramento que tem a ver com a Cruz Vermelha. Vamos concertar agora.

MANAL ISMAIL: Eu acho que então podemos começar. Eu acho que já é um pouco tarde, então podemos começar falando dos temas principais do comunicado, que tem a ver com o assessoramento ao board, podemos começar a falar o que tem a ver com a área de trabalho dois, podemos colocar aqui na tela? O GAC, assessora ao board então a primeiro, tomar notas de que o relatório final da área de trabalho dois, do CCW de prestação de contas inclui uma recomendação de que o processo multisetorial de outro tipo deveria ser considerado como para gerar

mais considerações, chegar a uma resolução potencial das preocupações legítimas apresentadas por algumas das partes interessadas a respeito da jurisdição da ICANN, e dois, iniciar esse processo multisetorial assim que possível dentro de um prazo adequado com o apoio organizacional adequado também. Segundo consta aqui na tela, e falamos ontem ainda bem, isso tem a ver também com a informação recebida, no começo eu vou fazer uma pausa aqui para ver quais são as reações. Canadá por favor.

PAMELA MILLER:

Obrigada senhora presidente, para ter um processo multisetorial, precisamos da sua participação das múltiplas partes interessadas ou das comunidades, então por que não falamos de uma consulta às comunidades no assessoramento? Eu tenho aqui uma forma de dizer diferente, que é colocar os pontos um ou dois, podem ser separados também, mas eu vou ler o texto que eu sugiro, o GAC assessora o Board e diz: reconhecendo que o CCWG e repito tudo isso, até o final do texto... reconhecendo o relatório final da área de trabalho dois do CCWG sobre prestação de contas, na sessão de recomendações e sugeriu, e depois a parte que está entre aspas, na parte onde diz que algum processo multisetorial ou de algum tipo mencionar o texto, e depois continuar com relação à jurisdição da ICANN, realizar ou tomar ações para iniciar junto com a comunidade da ICANN uma consulta sobre os próximos passos. Com relação a este processo multisetorial. E aí terminaríamos.

MANAL ISMAIL: Muito obrigada Canadá. Alguma relação para o texto proposto pelo Canadá? Sim Brasil.

THIAGO JARDIM: Obrigado, Manal. Eu posso ver, sim, sim, agradeço ao Canadá a proposta, mas quando vemos o ponto dois e comparamos o que se utiliza embaixo, eu acho que estamos dando um passo para trás, porque no ponto um, nós mencionamos que o relatório final inclui reorganizações para estabelecer novo processo multisetorial. Segundo nós entendemos e escutamos os co-presidentes, há outras organizações constituintes que já aprovaram o relatório do CCWG, na sua totalidade, e inclusive a sugestão de iniciar esse processo multisetorial. Então de alguma forma, eu pensaria que no (inint) [00:25:51] parte das outras organizações constituintes a este respeito. No ponto dois, a ideia inicial era solicitar ou assessorar ao board, que tome ações para iniciar esse processo multisetorial.

E agora há um texto que diz consultar novamente, eu acho que estamos retrocedendo. Talvez poderíamos esclarecer ou colocar no final do ponto dois, tomar ações para iniciar o processo multisetorial assim que possível, com o prazo e apoio, organizações apropriadas sobre a base da consulta com o resto da comunidade, ou uma coisa assim. Porque eu acho que temos que dar, porque por uma parte pedimos ao board que inicie o processo multisetorial, o pessoal do CCWG foi muito claro, a sugestão estava no relatório, e as outras organizações aprovaram o relatório. Então aprovaram a princípio as ideias se é que eu entendi corretamente. Agora temos que pedir ao

board que tome ações para realmente começar o processo. É o que nós pensamos, talvez não poderemos colocar. Na base de consultas isso estaria bem, mas não pedir que faça uma coisa que já está descrito na carta constitutiva, por isso não dizemos que aprovamos o relatório na totalidade e sem comentários.

MANAL ISMAIL: Obrigada Brasil, Suíça.

JORGE CANCIO: Muito obrigado, quando vejo o texto sugerido pelo representante do Canadá, eu pergunto se também não poderia ajudar ao Brasil, talvez, se mudarmos na terceira linha, tomar medidas...

MANAL ISMAIL: Está modificando o texto original ou do Canadá.

JORGE CANCIO: Do Canadá, tomar ações, em consulta com a comunidade da ICANN, aqui estaríamos repetindo o mesmo texto, consultar com a comunidade da ICANN, deveria desaparecer, depois da vírgula. Sobre os próximos passos vinculados com o processo multisetorial. Eu acho que essa parte é mais operacional, porque incluímos o elemento de consulta.

MANAL ISMAIL: Agora temos dois textos alternativos então na tela, gostaria de perguntar ao Brasil se estão satisfeitos, e se concordam com a proposta da emenda da Suíça ao texto do Canadá e se o Canadá aceita essa modificação feita pelo Brasil ao ponto número dois. E também se o resto dos membros tem algum comentário a fazer.

THIAGO JARDIM: Na verdade queríamos ter um tempinho para analisar bem o texto, não vejo muitas diferenças, mas talvez podemos deixar o momento esse debate para depois analisar mais no detalhe.

MANAL ISMAIL: Obrigado então, Brasil vamos deixar um pouco, assim? Pode ser assim, por enquanto? Vamos avançar? Dinamarca?

FINN PETERSEN: Obrigado senhora presidente, eu gostaria de receber certa confirmação, se esse texto é aprovado, suponho que o GAC vai poder apoiar as recomendações do CCWG, ou o relatório e queria que me confirmassem...

MANAL ISMAIL: Obrigado a Dinamarca.

THIAGO JARDIM: Acho que teríamos que analisar o tema que vem anteriormente, como diz Mark, porque estamos vendo as duas sessões como um único

pacote, então temos que ver como abordamos o tema antes e como vinculamos com essa parte. não sei se vamos fazer agora ou depois. Porque acho que em algum momento temos que analisar ambas as partes.

MANAL ISMAIL: Podem fazê-lo fora da sessão, ou querem que coloquemos o texto da primeira parte na tela agora?

THIAGO JARDIM: Acho que podemos fazê-lo agora, se for necessário depois poderemos falar disso em alguma pausa, mas será de benefício poder trata-lo na sessão plenária.

MANAL ISMAIL: Irá, por favor.

KAVOUSS ARASTEH: Bom, além das deliberações que possam ter os colegas enquanto esperamos ver qual dos dois textos é aceito, aceitamos o texto proposto por Canadá na segunda linha, eu colocaria em inglês regarding, em relação com o que tem a ver com outro sistema, ou outro processo multisetorial, ou multi stakeholder, e depois seguiria com, deveria se considerar. Eu faria essa modificação na versão em infles.

MANAL ISMAIL:

Obrigado Irã. Obrigado Tom, podemos ir novamente à outra parte? Esse é o texto sobre a prestação de contas, o GAC deseja expressar seu agradecimento pelo trabalho produtivo diligente efetuado pelo CCWG, sobre responsabilidade na área de trabalho dois, seus co-presidentes, membros e todos os que contribuíram em lugar considerou que o relatório final, e as recomendações do CCWG, apoia recomendações com a melhora na diversidade, diretrizes para normas de conduta que supõe que vão estar de boa fé associadas com o exercício da remoção dos membros individuais do Board da ICANN, melhorar a prestação de contas dos SO e AC, melhorar as prestações de contas do Estado, melhorar a transparência da ICANN, e se indicou com relação aos direitos humanos, que há outros aspectos dos direitos humanos que devem ser abordados no marco de interpretação como podem ser os atos negativos das medidas coercitivas unilaterais e as sanções sobre os direitos dos cidadãos, dos países em questão.

Se essas recomendações são aceitas pelo board, o GAC vai trabalhar com a comunidade para monitorar a implementação, principalmente a respeito da privacidade, direitos humanos e o impacto das recomendações de transparência sobre as negociações e procedimentos que levam a ICANN com os governos. A respeito das recomendações ou jurisdição, o GAC não está em posição de aprová-las, também não houve consenso sobre a transmissão dessas recomendações ao Board da ICANN, alguns dos membros do GAC apoiam as recomendações. Outros consideram que elas não cumprem com os objetivos previstos para a párea de trabalho dois, que apenas

reduzem de forma parcial os riscos vinculados com a sujeição da ICAAN, à jurisdição dos Estados Unidos.

Os motivos pelos quais o GAC ainda não chegou a um consenso para provar as recomendações, são documentados na declaração em dissenso, apresentada ao grupo de trabalho intercomunitário pelo Brasil, apoiado pela Argentina, França, Irã, China e Rússia. Como alternativa aceitável aos países que objetam e cujo caso o GAC estaria em posição de aprovar as três recomendações sobre jurisdição, se sugere que o CCWG deveria conforma as normas da carta constituinte do CCWG, modificar o título da recomendação 4.3, debates adicionais e preocupações relacionadas com a jurisdição, sugerência, para que diga 4.3 recomendação para debates adicionais e preocupações relacionadas com a jurisdição, que a primeira frase do terceiro parágrafo da recomendação, poderia ser o subgrupo recomenda que se estabeleça outro grupo de multi stakeholder, para permitir outras considerações nos comunicados de São João e Panamá, ICANN 61 e 62, o GC tomou nota de que o CCWG assim mesmo tinha reconhecido que existia necessidade de continuar com as discussões para abordar essas preocupações não resolvidas vinculadas com a jurisdição. O GAC tinha fornecido assessoramento por consenso ao board, da ICANN sobre os próximos passos vinculados com o tema da jurisdição. Essa é a parte fundamental principal pelas quais convidamos os presidentes da CCWG, para tomar uma decisão informando sobre essa parte do texto, eu acho. Alguma reação imediata na sala? Canadá por favor.

PAMELA MILLER: Obrigado, eu queria ir para o início do resumo, sobre o que estamos de acordo o que tem a ver com o quadro de interpretação de direitos humanos, não fica claro porque se introduziu esse texto, porque não tem a ver com um sistema de nomes de domínio, acho que fica fora do alcance e então em realidade, não queríamos incluí-lo. Onde diz a respeito do marco de interpretação proposto para direitos humanos do que foi indicado com outros aspectos de direitos humanos, realmente não lembro que tenhamos falado disso nas sessões do GAC, não está dentro do DNS, e então Canadá sugere eliminar esse parágrafo.

MANAL ISMAIL: Comissão europeia?

COMISSÃO EUROPEIA: Apoio o que expressou Canadá, não lembro que tenhamos discutido sobre esse tema, me pergunto por que está adicionado aqui. Então apoio os comentários do Canadá.

MANAL ISMAIL: Alguma objeção de eliminar esse texto?

KAVOUSS ARASTEH: Acho que para qualquer adendo ou eliminação, temos que ter uma justificativa. A justificativa desse texto, está explicada nos fundamentos. Aqui temos um par de linhas que fazem referência ao parágrafo sobre direitos humanos, se refere ao marco de interpretação,

e nesse marco se faz ênfase nos direitos dos cidadãos. Só estamos fazendo ênfase nisso. Direitos dos cidadãos, e os direitos humanos dos cidadãos, não foram considerados no marco de interpretação. É um elemento importante e devemos refleti-lo. Se é proposta de eliminação, acho que precisamos adicionar mais alguma coisa nesse sentido.

SAEED MAHDIOUN: Isso se vincula à situação dos nomes de domínio porque se o CCTLD, ou gTLD, ou grupos de domínios estão sancionados, ou são sancionados, os cidadãos desses países podem ver-se muito afetados. Então está-se vinculado com o sistema de nomes de domínio.

MANAL ISMAIL: Obrigada Irã, eu acho que também não se mencionou que esse tema não foi discutido durante as sessões. Não sei se há comentários a esse respeito? Irã?

KAVOUSS ARASTEH: Sim Manal, estamos discutindo agora, essa é a sessão. Que outra sessão precisamos? Aqui estamos falando em direitos humanos, o marco, estamos tratando o tema. Não houve nenhuma sessão em particular na reunião do GAC sobre o marco de interpretação. É aqui onde apresentamos os resultados do CCWG e um deles é o marco de interpretação, esse é um comentário formulado e estamos discutindo.

MANAL ISMAIL: Obrigada Irã, nós geralmente discutimos os temas nas sessões, e fazemos o comunicado sobre os temas tratados aqui.

COMISSAO EUROPEIA: O tema foi colocado antes, e exatamente acontece isso, não houve tempo de deliberar sobre essa questão, não houve tempo para levar adianta uma discussão para saber exatamente a que se relacionava nessas preocupações, pessoalmente, se tivéssemos que colocar algum comunicado do GAC, tem que estar abalado, sustentado pela discussão correspondente. Acho que esse não é o momento na redação do comunicado, discutir o tema, teríamos que ter discutido os temas, e as partes envolvidas teriam feito uma introdução, apresentados os temas, teriam sido discutidos e ali sim, passa-los para o comunicado. Obrigado.

MANAL ISMAIL: Obrigado Comissão Europeia, Rússia.

SAEED MAHDIOUN: Obrigado, embora nós não tivemos tempo suficiente para discutir o tema, se fez o comentário aqui, foi feita uma indicação, a ideia, e agora está no texto, e acho que nós não apoiamos a exclusão desse texto.

MANAL ISMAIL: Obrigada Rússia. Irã.

KAVOUSS ARASTEH: Nem todos os aspectos dos direitos humanos foram tratados, eu acho que isso está claro, e não há objeção. O que o texto sugere é que devem ser analisadas com profundidade outros aspectos dos direitos humanos.

MANAL ISMAIL: Obrigada, Irã. Então muito bem, para avançar um pouco, podemos deixar isso e no próximo recesso fazer a tentativa de acordar a maneira de avançar, enquanto isso podemos continuar trabalhando sobre os outros temas importantes para pode chegar ao avanço? Estão de acordo? Muito bem Tom. Podemos avançar então? Estávamos falando sobre a jurisdição. Algum comentário sobre essa parte? Dinamarca?

FINN PETERSEN: Obriga presidente, como dissemos antes em outras oportunidades, vimos essa ação vinculada com a sessão do assessoramento e depois escutamos o co-presidente, não vemos qual a finalidade de sugerir nenhuma modificação ao relatório do CCWG, então estaríamos a favor de tentar chegar ao consenso para aprovação do relatório do CCWG, em combinação com um assessoramento ao board, que já discutimos e para o qual temos algum texto proposto, na nossa opinião, o texto como está apresentado, não é aceitável para nós. Obrigado.

MANAL ISMAIL: Obrigado Dinamarca. Brasil.

THIAGO JARDIM:

Acho que devemos trabalhar mais um pouco sobre o texto porque como explicamos antes, não é aceitável para a minha delegação simplesmente dizer que aprovamos o relatório, ou que deixamos que avance sem qualifica-lo de nenhuma maneira, de fato a proposta contida nesse relatório foi colocada a prova nessa interação que tivemos com os co-presidentes, e fizemos verificação e é uma resposta afirmativa de que está alinhado com a carta orgânica do CCWG, se é viável ou não, ainda está para ser visto. Lembro que um dos co-presidente disse que para dar uma resposta final, precisava receber uma, notificação formal, para a carta orgânica.

Não sei porque temos que modificar isso porque cumpre com a carta orgânica, por que o CCWG e os co-presidentes tem que considerar algumas questões antes de poder dar uma resposta final. Não concordamos em que o relatório avance sem nenhuma qualificação, sem ter a garantia de que a recomendação 4.3 vai receber o mesmo tratamento que as outras recomendações. Não pensamos que exista contradição entre o que contem o assessoramento, mais uma vez, na parte do assessoramento, assessoramos o board a dar início ao processo. Caso o board dê início a esse processo nós nos sentiríamos satisfeitos.

Mas nesse momento como incluí-lo na parte do assessoramento, não há nenhuma garantia. Como vimos em outras ocasiões em que dizemos que é um assessoramento, mas não temos nenhuma garantia de que o board haja conforme isso apesar de ser um assessoramento

consensuado, veja como aconteceu com os códigos de dois caracteres e como eles trataram nosso assessoramento. Não nos sentimos confortáveis fazendo isso apenas do assessoramento e não continuar insistindo nessa parte do texto. Talvez precisamos de fazer algumas conversas fora da plenária para ver como podemos avançar.

MANAL ISMAIL:

Também se deve tomar como guia, recebemos como informação a resposta das outras SO e AC, isso talvez possa ser útil porque também eles estabeleceram algumas condições e salvidades. Alguma coisa que possamos tratar aqui antes de fazer um receso e ter essas conversas fora da plenária? Desculpe, Reino Unido tem a palavra.

PAUL BLAKER:

Obrigado, Senhora Presidente, com respeito do tema da jurisdição, vários de nós estivemos trabalhando para conseguir uma solução intermédia, escutamos os co-presidentes dizerem que o GAC não tem obrigação de aprovar ou não, este tema, e pode se abster, mas eu gostaria que chegássemos a uma opinião consensuada, na medida do possível. Isso significa que liberar as posições nessa sessão, com o assessoramento que damos. Para o Reino Unido, nosso assessoramento deveria ser que o Board tem que considerar esse ponto, essa linguagem que propomos já. Se eu entendo o distinto embaixador do Brasil, ele faz propostas que tem como base o relatório, e as outras comunidades já aprovaram esse relatório, então para poder sermos congruentes, o Brasil também deveria considerar que o GAC deveria aprovar este relatório também. Então isso talvez

deveria, ou nos permitiria ajudar a chegar a uma solução intermédia. Talvez há muito texto aqui e seria bom conversar fora da plenária para ver como podemos chegar a uma solução.

MANAL ISMAIL:

Obrigado Reino Unido. Vamos passar ao assunto do código de dois caracteres , vamos iniciar o debate sobre esse tema, e vamos fazer depois um recesso breve para podermos encontrar a forma correta de avançar com esse texto controverso. A sessão diz o seguinte: o GAC assessora o Board a explicar como e porque considera que está implementando o assessoramento do GAC sobre habilitação ou credenciamento dos códigos de países no segundo nível, e que explique por escrito também se a sua resolução de 8 de novembro de 2016, eliminação do processo de autorização, são compatíveis com o assessoramento do GAC sobre esse tema, ou se constitui um indeferimento, uma rejeição ao anúncio do GAC, assessoramento do GAC. Então também o GAC pede assessor ao Board de que emita a sua explicação por escrito, até 31 de dezembro. Continua em vigor o assessoramento do GAC sobre esse tema. Três, se assegure de instruir ao diretor executivo da ICANN, a começar diálogos com os governos, em questão, para escutar as suas opiniões e preocupações e explicar o processo de tomada de decisões do Board, resolução do Board de 2017.06.12.01, isso já está plenamente implementado, incluído o acordo o diálogo direto com os governos. Tem a palavra a Palestina.

ENG ALAN SALAHALDEEN : Obrigado Manal, eu quero fazer um comentário a respeito deste ponto. Já falamos deste tema antes, inclusive hoje, e o Board já aprovou esse tema e não houve mudanças quanto ao que está escrito aqui, não levaram em conta nosso assessoramento, eles têm que fazer uma devolução sobre o nosso assessoramento, e até hoje ou hoje esse tema continua aberto e está pendente, e eu recebi 80 solicitações e não sei como descrever a situação com respeito a este tema. O tom da conversa talvez deveria ser diferente.

MANAL ISMAIL: Se é alguma proposta por favor, faça-me saber, e se querem dizer alguma coisa, talvez poderiam se ajudar entre si, e ter uma discussão para ver o que podemos dizer ao Board na próxima sessão com eles, umas sessões públicas, em termos do assessoramento do GAC...

ENG ALAN SALAHALDEEN : Sim, mas há dois anos que estamos tratando este tema, e estamos esperando respostas mas não recebemos nenhuma. Isso está pendente da reunião de Marrocos, Marraquexe.

MANAL ISMAIL: É muito difícil estabelecer um prazo, sem ter nenhuma proposta específica, com respeito a quanto tempo podia levar essa tua proposta. Nós temos que definir alguma coisa concreta através do grupo de trabalho, talvez possamos fazer alguma coisa, e talvez possamos dar um acompanhamento entre reuniões. Obrigado.

MANAL ISMAIL: Irã, você pediu a palavra? Não? comentários? Suíça?

JORGE CANCIO: Obrigado, Manal, com respeito ao contexto na verdade é uma questão mais de tipo técnico, para sermos o mais preciso possível. Nós mencionamos no segundo parágrafo, o processo de autorização e colocamos entre aspas. E eu acho que na verdade, esse conceito não está nem definido, nem utilizado em lugar nenhum. Então talvez seria bom melhorar a redação e fazer referência a como a especificação 5 descreve a notificação prévia, e o processo de acordo que existia até 8 de novembro. Porque se utilizamos esse termo: processo de autorização e colocamos entre aspas, isso pode dar espaço a perguntas e a problemas com o Board.

MANAL ISMAIL: Obrigada, Jorge. Seria possível encontrar a terminologia exata Jorge? Jorge fez uma observação e diz que se utilizamos a frase: “processo de autorização”, entre aspas, isso tem que ser uma terminologia bem conhecida e definida pela ICANN, para evitar erros ou enganos. Talvez possamos buscar os termos corretos durante o recesso. Irã?

SAEED MAHDIOUN: Quero sugerir substituir a frase que diz: escutar as suas opiniões, por tratar ou abordar suas opiniões e preocupações.

MANAL ISMAIL: Tomo nota do que disse, mas aqui estamos citando a resolução do Board, e isso já constitui a resolução.

SAEED MAHDIOUN: Então coloquemos entre aspas, se for possível.

MANAL ISMAIL: Ok, vamos fazer assim. Brasil.

THIAGO JARDIM: Obrigado, senhor presidente, eu ia sugerir como resposta ao comentário da Suíça, que podemos adicionar uma nota de rodapé, dizendo que o “processo de autorização”, entre aspas, e tal nota faria referência ao nome de processo. Porque se eu não estou enganado, essa expressão: “processo de autorização” entre aspas, aparece na fundamentação do assessoramento do GAC, então talvez poderíamos resolver esse problema colocando, a primeira vez que aparece essa frase, uma nota explicando do que se trata.

MANAL ISMAIL: Obrigado. Agora a Suíça.

JORGE CANCIO: Como resposta, a este tema, eu acho que o meu comentário também fez com que o pessoal da ICANN aprendesse a informação útil. Eu sugiro então não utilizar esse tipo de terminologia, que não está contida na especificação cinco. Na minha opinião isso não vai fazer

mais do que chegar a uma menor falta de entendimento entre nós, o board e a ICANN como organização. Então eu preferiria fazer referência à resolução de 8 de novembro, que faz (inint) [01:00:41] referência à mudança do procedimento de notificação prévia, de acordo com o que está mencionado na especificação cinco. Para falar desse procedimento e utilizar da forma mais correta possível a terminologia que se inclui na especificação cinco, para não dar espaço a maus entendidos porque o processo de autorização perante os olhos de outras pessoas, poderia ter outras conotações, e não precisamos entrar nesse debate porque a única coisa que vai gerar é aumentar os erros na comunicação, obrigado.

MANAL ISMAIL:

Obrigada, Jorge, vamos então tentar de trabalhar, de solucionar esse tema durante o recesso. Obrigado Jorge. O que nós dissemos sobre, não falamos sobre o GDPR, talvez podemos ler isso aqui, ah desculpe, o Irã pediu a palavra.

SAEED MAHDIOUN:

Desculpe, é um comentário adicional. Se podemos acrescentar aqui, que seja complementarmente implementado, inclusive o diálogo com esses governos, para tratar as suas preocupações, obrigado.

MANAL ISMAIL:

Tudo o que tem a ver com GDPR, e um segmento, assessoramento anterior, ou seja, não é novo assessoramento. Nós enfatizamos então, assessoramento por consenso da ICANN 62, onde se instou a ICANN a

tomar todos os passos necessários para garantir o desenvolvimento e implementação do modelo de acesso unificado, que tratasse a verificação, autenticação, acesso e prestação de contas, e isso aplicasse a todas as partes contratadas. Observamos com (inint) [01:02:52] os esforços da ICANN para facilitar o debate comunitário necessário através do modelo multisetorial, e a ênfase para que esses debates ocorram e cheguem a resultados específicos e oportunos. Eu acho que é bastante direto, e o que fazer é reiterar o assessoramento anterior. Brasil por favor.

THIAGO JARDIM:

Obrigado, senhora presidente, eu gostaria de sugerir substituir, estou falando do ponto um, que diz: “cumprimento do WHOIS com regulamento geral de proteção de dados da Europa”. Eu colocaria que não, regulamento geral de proteção de dados europeus, eu falaria de leis nacionais sobre proteção de dados. Ou nacionais e internacionais.

TOM DALE:

Desculpe, estamos falando de internacional e nacional? obrigado.

THIAGO JARDIM:

Leis de proteção de dados internacionais e nacionais.

MANAL ISMAIL:

Sim, Lituânia.

FELISKAS DOBROVOLSKIS: Bom, mas a legislação europeia não é internacional nem nacional. Então a legislação eu acho que seria melhor colocar a legislação sobre proteção de dados.

MANAL ISMAIL: Obrigado. Algum comentário a respeito? Temos três propostas que diga: regulamento geral de proteção de dados europeus, leis de proteção de dados nacionais e internacionais e Lituânia disse apenas: leis de proteção de dados. A legislação ou leis de proteção de dados. Turquia por favor.

SEZEN YESIL: Obrigado senhora presidente, outra proposta poderia ser melhorar o WHOIS conforme as melhores práticas, que seja alguma coisa mais geral ou genérica.

MANAL ISMAIL: Obrigado Turquia. Índia.

RAHUL GOSAIN: Talvez poderíamos falar em cumprimento com a lei, segundo dissemos antes, e não melhorar ao WHOIS, para então nos manter com que o WHOIS deve cumprir com as leis, ou cumprir as leis, as normas de dados nacionais, regionais, e poderíamos colocar também regional, então aí estaríamos também incorporando o GDR europeu.

MANAL ISMAIL: Estados Unidos.

ASHLEY HEINEMAN: Talvez, seria cumprimento do WHOIS com a regulamentação de proteção de dados.

MANAL ISMAIL: Obrigado. Alguma objeção Índia?

RAHUL GOSAIN: Eu acho que não estamos falando de regulamentação, mas de legislação, eu acho que a palavra mais adequada é legislação.

MANAL ISMAIL: Com a legislação de proteção de dados, conforme sugeriu Lituânia. Estão todos de acordo? Muito bem. Então eu acho, vamos fazer um recesso aqui, Brasil por favor.

THIAGO JARDIM: Desculpem, mas na terminologia que estamos utilizando no ponto um, podemos colocar eu diga legislações, que fossem plural e não singular?

MANAL ISMAIL: Dizem que em inglês legislação é plural. Comissão Europeia?

COMISSAO EUROPEIA: Eu acho que estamos falando do título, mas temos que levar em conta que também fazemos uma referência a assessoramento do GAC, na ICANN 62 que se vinculava com GDPR, (inint) [01:08:16] eu gostaria de ter uma coisa mais, eu gosto de ter uma coisa mais geral no título, mas por favor, devemos ser coerentes com o que diz o texto, depois.

MANAL ISMAIL: Foi uma sugestão amigável de colocar uma vírgula que diga, inclusive o GDPR, mas o Senegal pediu a palavra.

SENEGAL: Senhor Presidente, certamente vamos estar falando do regulamento geral europeu, da legislação de proteção de dados, mas por uma parte, isso não reflete as discussões realizadas aqui? O que se discutiu com respeito a regulamento geral europeu de proteção de dados pessoais, e quando generalizamos, corremos o risco de esquecer outros parâmetros que estão na legislação nacional, ou internacional, e que não se levam em conta na discussão. Então eu acho que teríamos ganho conservando a formulação inicial, com respeito a conforme o que diz o regulamento geral de proteção de dados gerais, e não incluídas novas propostas no caso. É apenas o que queria dizer. Obrigado.

MANAL ISMAIL: Muito obrigado, Senegal. Comissão Europeia?

COMISSÃO EUROPEIA: Se posso fazer uma sugestão, eu acho que deveríamos colocar ênfase na GDPR, cumprimento de WHOIS com no GDPR e outra legislação aplicável, ou leis aplicáveis. Se bem eu acho que não conseguimos debater outras leis aplicáveis, mas enfim, como fazemos referência ao assessoramento do GAC da ICANN 62, eu gostaria de lembrar exatamente o que mencionamos naquela oportunidade.

MANAL ISMAIL: Muito obrigado, Comissão Europeia, está a Índia, Reino Unido, Jamaica. E depois vamos fazer um recesso para tentar de solucionar os problemas identificados, Índia por favor.

RAHUL GOSAIN: Se é necessário olhar o texto que está abaixo, não falamos especificamente do GDPR, e não mostra que seja só o GDPR que gerou o assessoramento sobre o seu significado e etc., inclusive o cumprimento do WHOIS com a legislação de proteção de dados incluindo o GDPR ou até tirando isso, seria o título adequado. Sem fazer referência à assessoria da ICANN 62, porque não há nada nesse parágrafo, específico ao GDPR. O modelo de acesso unificado vai ser necessário para abordar as necessidades de todas as legislações nacionais e internacionais de dados, acho que não temos que colocar ênfase no GDPR, não penso que seja adequado nessa etapa, estamos dando uma assessoria ao Board em nome do GAC, obrigado.

MANAL ISMAIL: Obrigada, Reino Unido.

PAULO BLAKER: Acho que tanto Índia como outros fizeram ou apontaram certamente algo, mas acho que é uma questão de procedimento aqui. Estamos fazendo um segmento de um assessoramento já dado pelo GAC, então temos que utilizar o mesmo título que tivemos nesse assessoramento prévio. No comunicado de ICANN 62, se falou se GDPR, e do GAC, agora do WHOIS, e se fazemos um segmento, e há alguns argumentos para modificar o cabeçalho, pensamos que temos que ter igual nos outros assessoramentos prévios do GAC.

MANAL ISMAIL: Sim, é uma boa proposta, tenho Jamaica antes de ir à pausa.

JAMAICA: Obrigado, senhora presidente, quero mencionar que embora estejamos de acordo com os colegas, de que a conversa tem que ir para além do GDPR, que de fato quando estamos fazendo as deliberações em geral, dizemos, indicamos que não se trata apenas do GDPR mas de uma outra legislação aplicável, estou de acordo com meu colega do Reino Unido, porque nessa sessão particular e na forma em que está formulada, faz referência específica ao GDPR, entretanto poderíamos considerar dentro do corpo da declaração, que esse tema foi colocado e que não só tem que haver um cumprimento com GDPR, mas com outra legislação de dados vigente em outros países.

MANAL ISMAIL: Por favor Turquia, seja breve.

SEZEN YESIL: Também queria apoiar o dito por meu colega da Jamaica, lamento não ter muita informação, mas nessa sessão de segmento se temos que manter os títulos originais, temos que fazer-lo como disse paul do Reino Unido, mas podemos fazer modificações também ao original na minha opinião, eu acho que poderíamos modifica-lo, como GAC podemos decidir mudar os cabeçalhos para que seja geral.

MANAL ISMAIL: Obrigada Turquia, Reino Unido. Estados Unidos.

ASHLEY HEINEMAN: Acho que para ser coerentes com o assessoramento já oferecido e como neste caso estamos fazendo um segmento do assessoramento anterior, temos que ser o mais cuidadosos possíveis. Talvez o que sugeriram Jamaica e Turquia, podemos colocar que esse texto, em outros assuntos, fique refletido, se mostre, porque nós também falamos de outra legislação de proteção de dados, e não só da europeia.

MANAL ISMAIL: Obrigada, Estados Unidos, vamos tratar então de trabalhar sobre as partes mais diretas do texto, vamos fazer uma pausa, e vamos voltar a nos reunir se pudermos tratar de trabalhar numa redação de consenso

nas partes já identificadas, isso seria muito útil para garantir que finalizemos hoje no horário. Tem a palavra Canadá.

LUISA PAEZ:

Sou Luísa do Governo Canadense, como questão de procedimento Tom poderia enviar o último link? Porque não podemos acessar, talvez seja porque foi fechado enquanto fazíamos as edições, pois peço por favor que marquem novamente o vínculo, o link e abra então o site.

MANAL ISMAIL:

Sim, obrigada Canadá, vamos fazê-lo.